

A perda do caráter público da saúde

Saúde Pública

5 OUT 1996 José Aristodemo Pinotti

CORREIO BRAZILIENSE

Algumas nuvens negras ensombrecem ainda mais o panorama da saúde brasileira. Além da terceirização que consome inutilmente boa parte do orçamento do Ministério da Saúde e do atendimento de pacientes privados e conveniados em hospitais públicos, certos grupos no Congresso Nacional avançam vorazmente na institucionalização dos planos de saúde, permitindo que seus donos excluam as doenças que quiserem e cobrem o que desejarem. Na última semana houve tentativa despuída de, mediante um projeto de lei, liberar a “cobrança por fora” para os pacientes do SUS, derrubando a resolução que a proíbe.

Tudo isso vai minando cada vez mais o já combalido caráter público da saúde brasileira. Em todos os países em que isso aconteceu, por mais ricos que fossem, sobreveio grande crise institucional e política, decorrente do alto custo e péssima assistência que emergem quando se coloca — para aqueles que não podem pagar e não têm poder de controle — saúde como mercadoria e assistência médica como objeto de lucro.

Isso significa: saúde de ótima qualidade, sem filas ou espera para as poucas pessoas que têm muitos recursos e de terceira categoria para aqueles cidadãos considerados de “segunda classe”, porque não têm

recursos. No limite, estes últimos acabarão sem assistência, pois os pacientes que pagam estão invadindo os hospitais públicos e até os universitários, retirando dos que não podem pagar a sua única alternativa de acesso à saúde de primeira qualidade. Os centros de saúde não dão lucro e estão na maioria desativados.

Essa tendência perversa vem sendo cristalizada por interesses macroeconômicos por dentro da inexorável globalização, já envelhecida no mundo, mas jovem, vigorosa e crítica no Brasil.

Nos Estados Unidos, a privatização da saúde deixou 40 milhões de americanos sem assistência médica, e Clinton foi obrigado a retroagir, devolvendo-lhe o caráter público. Na Inglaterra, Thatcher tentou tirar da saúde o caráter público, e enfrentou a maior crise do seu governo. Voltou atrás. No Brasil, nesta sofrida fase do necessário ajuste econômico, é preciso manter o caráter público da saúde, utilizando os escassos recursos com grande eficiência e seriedade (isso só acontece quando não se visa ao lucro com a saúde de quem não pode pagar), única forma de garantir a todos um acesso igualitário a esse bem essencial do cidadão, sem o qual a própria democracia perde a sua essência.

É preciso coragem para acabar

com a terceirização e todos os seus disfarces, mantendo o caráter público do Sistema de Saúde e equilíbrio para fazê-lo sem qualquer maniqueísmo que impeça sua convivência com os planos de saúde e a medicina privada liberal, mas regulamentando essa convivência com linhas divisórias nítidas que revertam os parasitismos lesivos ao setor público atualmente existentes. É indispensável também exercer uma administração programática e descentralizar completamente o gerenciamento do Sistema Saúde, mantendo sobre o mesmo avaliação, controle e certo grau de normatização. Para tanto, é necessário envolver no processo de descentralização os estados, que estão mais próximos dos municípios, e a partir daí somar os recursos dos três graus do governo e executar as ações de saúde nos diferentes níveis de complexidade.

Finalmente, deve-se acompanhar a evolução científica e tecnológica, e entender que saúde tem hoje um novo paradigma onde as ações de prevenção e educação são responsáveis por cinco vezes mais vidas poupadas do que todas as demais ações tradicionais no modelo biomédico. Contrariamente àqueles que entendem as questões pela superfície, esse novo paradigma hipocrático não substitui o biomédico, mas se agrega a ele e só pode

funcionar e dar frutos dentro de um sistema público e estruturado.

Em outras palavras, estamos andando na contramão da história, pois a utopia viável de saúde boa, eficiente e humana para todos só se transformará em realidade dentro de um sistema de saúde que mantenha seu caráter público sem ser hegemônico e se organize com modernidade dentro do novo paradigma.

Não podemos mais ignorar o momento difícil dual e dicotômico pelo qual passa a saúde brasileira. De um lado, a proposta moderna e ética que está na Constituição e, estou certo, na vontade do presidente, de outro, a perversidade, o arcaísmo e o fisiologismo que avançam concretamente no sentido de tirar-lhe o caráter público.

Se o usuário pudesse escolher, não tenho dúvidas sobre sua opção. Já que ele não tem força ou politização suficiente para fazê-lo, o governo e o Congresso deveriam defender seus interesses. Essa seria uma demonstração evidente da diferença entre adaptar-se criticamente à globalização, que é um determinismo histórico pelo qual temos que passar, ou ser massa acrítica para alimentar docilmente a voracidade desse processo até na saúde, que é o bem maior do ser humano.

■ José Aristodemo Pinotti é deputado pelo PMDB de São Paulo